



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社區服務諮詢委員會
Conselho Consultivo de Serviços Comunitários

Dificuldade de contratação de empregadas domésticas durante a pandemia

Ao Ieong Kuong Kao

14/4/2021

Com a implementação da nova “Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes”, que entrou em vigor no dia 5 de Outubro do último ano, as pessoas que entram em Macau como turistas estão proibidas de converter o seu visto de turismo em visto de trabalho durante o seu período de permanência autorizada em Macau. Mas, devido à pandemia, em diferentes países foram implementadas medidas de prevenção e controlo da pandemia, com restrições temporárias à entrada e saída, a vários níveis. Desta forma, os trabalhadores não residentes do Sudeste Asiático ficaram impossibilitados de vir a Macau ou de trabalhar em Macau. Como consequência, há grande escassez de empregadas domésticas não residentes, o que afecta seriamente as famílias em que ambos os progenitores estão empregados.

O Governo de Macau tem incentivado a população a contratar empregadas domésticas vindas do Interior da China. No entanto, o salário, os benefícios e o ambiente de vida oferecidos pelas famílias de Macau não são atraentes para essas pessoas pois, até agora, apenas vieram trabalhar em Macau 658 empregadas domésticas do Interior da China. Sabe-se que algumas famílias em que ambos os progenitores estão empregados ousaram arriscar e contrataram pessoas do Sudeste Asiático que não têm permissão legal para trabalhar em Macau. Em caso de acidente de trabalho, estes trabalhadores ilegais não podem reclamar o seguro, ao passo que a sua contratação constitui uma infracção administrativa e crime de emprego ilegal.

Entretanto, continua a aumentar o número de empregadores que necessitam de contratar empregadas domésticas. No dia 9 de Abril, o Governo de Macau anunciou que permitiria aos estrangeiros que permanecem em Macau – depois de vacinados contra a Covid-19 às suas próprias custas, e após fazerem o teste de ácido nucleico de Covid-19 negativo – visitar o Interior da China, com um visto emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, e regressar ao Interior da China dentro do prazo de validade do visto, e desde que não tivessem visitado nenhum outro lugar que não o Interior da China e Macau nos últimos 21 dias antes da sua entrada. Esta medida poderia ajudá-los a candidatarem-se ao “título de entrada para fins de trabalho” e aliviar a pressão sobre as famílias em que ambos os progenitores estão empregados, facilitando



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
社區服務諮詢委員會
Conselho Consultivo de Serviços Comunitários

na contratação de empregadas domésticas..

Mas o respectivo processo envolve o controlo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China e o Governo de Zhuhai para a observação médica de isolamento no Interior da China aquando da entrada dos estrangeiros. Em Macau, os procedimentos são complicados para os estrangeiros que pretendam entrar em Macau e pedir isenção da observação médica de isolamento à entrada, o que envolve o Serviço de Migração da PSP e os Serviços de Saúde, além de outras directivas interdepartamentais antipandémicas. Todo este processo desencoraja muitos empregadores que querem ajudar estrangeiras que desejam contratar como empregadas domésticas, a obterem a elegibilidade para a sua contratação. Recentemente, vários cidadãos solicitaram a minha ajuda neste sentido. Por isso, espero que as autoridades discutam com os departamentos competentes a simplificação dos procedimentos de contratação de empregadas domésticas não residentes que estão temporariamente a residir em Macau. Além disso, é necessário alertar para as preocupações em relação às empregadas domésticas não residentes que tentam fazer com que os seus empregadores as despeçam para, em seguida, comecem a trabalhar, devido a uma medida que permite aos empregadores contratar empregadas domésticas não residentes que estão temporariamente em Macau. Esta situação impede que os empregadores tenham empregadas domésticas estáveis. A longo prazo, é necessário explorar mais a fundo a viabilidade da prestação de serviços domésticos através da alocação a empresas, a fim de criar condições para o desenvolvimento sustentável do sector dos serviços domésticos.